

ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: VELHAS FORMAS, NOVAS FUNÇÕES, NOVAS FORMAS, VELHAS FUNÇÕES

Manuel Correia de Andrade*

RESUMO

Trata-se de reflexões sobre os séculos XX e XXI, para o último indica perspectivas do que irá acontecer, baseadas na preocupação com a evolução da sociedade. No caso Brasil analisa o espaço agrário, tomando duas formas em que busca a comparação de uma área em ocupação e de uma área ocupada desde o período colonial, caracterizando suas funções. Para o século XXI acredita que vão gerar novas formas e novas funções diferentes das anteriores embora influenciadas pelas mesmas.

PALAVRAS-CHAVE:

Espaço agrário, formas, funções, propriedade.

ABSTRACT:

This paper deals with reflections about the 20th and 21st Centuries. Regarding the latter, it points out the perspectives of what is going to happen, based on the preoccupation with society's evolution. In the case of Brazil, it analyses the agrarian space, comparing an area in the process of occupation with another area occupied since the colonial period, and characterizes its functions. For the twenty-first Century, we believe they will generate new forms and new functions, distinct from the first ones, although influenced by them.

KEY WORDS:

Agrarian space, forms, functions, and proprieties.

1. Reflexões do novo século

Estamos no início de um novo século e do segundo milênio; este fato provoca reflexões, em duas direções, a todos os que se preocupam com a evolução da sociedade: a do passado, levando a refletir no que foi feito em cada setor e na sua

totalidade, no último século, e a do futuro, procurando indicar as perspectivas do que deverá acontecer no próximo século.

No caso brasileiro, devemos salientar que as mudanças de um ano para outro, mesmo que eles estejam situados em séculos diferentes, não indica mudanças

* Professor da Fundação Joaquim Nabuco – Recife/PE
e-mail: cehibra@fundaj.gov.br

substanciais e ela se processa como se ocorresse entre dois anos de um mesmo século. O fato novo, porém, estimula a reflexão e os sonhos, assim como a idealização do que teria acontecido e o que viria a acontecer nos dias que correm. Devemos nos lembrar ainda que o século XX foi um século de morte e abandono de velhas utopias e foi, ao mesmo tempo, um século em que se plantaram novas utopias que, certamente, terão um maior ou menor florescimento e aceitação no século XXI.

Em uma visão de síntese, podemos admitir que o século XX foi teatro de uma luta pela implantação de um sistema socialista de poder, contestando o domínio crescente do capitalismo, e que, com a derrota do socialismo real – dissolução da União Soviética, em 1989 – com a exacerbação do capitalismo, agora comandado por uma única potência hegemônica, que suplantou e, até certo ponto, domina as antigas correntes imperialistas. Podemos perguntar: e o capitalismo exacerbado não tende a implodir, como ocorreu com o socialismo real?

O mundo necessita e está permanentemente elaborando utopias, como se estas fossem indispensáveis ao homem; daí o crescimento que temos, hoje, de expressões e de fundamentações a respeito dos problemas do meio ambiente – o ambientalismo – e da deificação do mercado como mentor da economia, daí o crescimento do neo-liberalismo e da globalização. Utopias que provocam exageros como o de querer transformar grandes porções da superfície da Terra em “santuários ecológicos” e que defendem uma concentração cada vez maior da renda e do bem estar, nos países ricos, e a marginalização dos países falsamente

chamados de emergentes ou simplesmente de excluídos, que se tornam cada vez mais pobres e dependentes. Globalização que é responsável pela quebra de fronteiras nacionais, pela destruição do estado e de bem estar social, pelo desemprego, pela alienação da soberania nacional, pela pauperização da população, pela propagação de moléstias endêmicas e epidêmicas e, certamente, dentro de algum tempo, pela eliminação física dos pobres e dos idosos.

Naturalmente, estes ideais vão, mais uma vez, dividir a humanidade em grupos e seitas e provocar lutas tão cruéis quanto as do século XX.

2. O sentido da evolução

Da mesma forma que no século XIX procurava-se enaltecer o progresso, afirmando que este resolveria todas as pendências, sofisticando a civilização, no fim do século XX procura-se deificar a tecnologia em função do que chamam de modernidade, já se falando até em pós-modernidade. E a modernidade e o moderno são confundidos com a perfeição e o bem estar e apontados como o resultado do crescimento do uso de técnicas e de inovações.

Os modernistas e os modernizadores esquecem, porém, de que a evolução da sociedade não se faz de forma linear, caminhando em ritmo acelerado na direção a um ponto no qual ocorreria o fim da história (Fukuyama, 1992). Sabe-se, hoje, que, ao contrário, a evolução se processa de forma circular ou com avanços e recuos nos quais o processo é enriquecido tanto pelas inovações como pelas ressurgências que ocorrem, de

tendências tradicionais que aparecem (Freyre, 1983). Assim, o processo evolutivo é produzido e alimentado tanto por insurgências como por ressurgências, daí não se poder excluir duas faces do moderno: a tradição e a renovação. O processo é um verdadeiro vai-e-vem entre inovações que se incorporam a ele e de volta ao passado que serve de base, de estrutura ao mesmo.

Levando-se em conta que a agricultura é uma das atividades fundamentais da humanidade e que dela depende, entre outras coisas, a alimentação de que o homem necessita, devemos analisar os processos agrícola e agrário brasileiros, voltados para a evolução que os acompanha.

3. O espaço agrário brasileiro e sua elaboração

O Brasil é um país que se caracteriza por sua grande extensão territorial – mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados – por sua elevada população – mais de cento e sessenta milhões de habitantes – e pela grande diversidade de suas condições naturais.

Ele é um grande produtor de grãos e de outros produtos quase sempre destinados à exportação, mas grande parte de sua população, formada por agricultores, necessita de terras para plantar e de alimentos; é um dos países de economia muito expressiva – 8º lugar do mundo – mas com um IDH muito baixo, de 0,747, ocupando o 74º lugar do mundo, sendo inferior a outros países latino-americanos, como Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica, México, Cuba, Panamá e Colômbia. E esta posição lamentável é o resultado, em grande parte, do processo de colonização

(Andrade, 2000) e de sua evolução política.

Na realidade, o processo de colonização deu origem a sistemas de apropriação da terra onde ela era dividida em grandes lotes – as sesmarias – que eram dadas a pessoas que dispunham de recursos para explorá-las, utilizando a força de trabalho, sob coação – indígenas e negros africanos; este sistema permitiu a formação de grandes latifúndios e a exploração das terras em função de uma economia de exportação. Só em 1822, graças à visão política de José Bonifácio de Andrada e Silva, o sistema das sesmarias foi extinto e substituído pelo direito de posse, cabendo ao posseiro requerer a propriedade da terra que ocupava. Procurava-se, desse modo, democratizar o acesso à propriedade da terra, embora dificilmente os posseiros tivessem condições de legalizar os lotes de que dispunham, devido à cobiça dos grandes proprietários e dos altos dignatários governamentais. Nos meados do século XIX, visando consolidar o poder dos proprietários e abrir perspectivas aos colonos estrangeiros que eram atraídos para o Brasil, estabeleceu-se o acesso à terra através do contrato de compra e venda, consolidando-se o poder dos latifundiários.

Fechou-se, então, em 1852, o “círculo de ferro” em torno do acesso à propriedade; embora políticos e estudiosos com visão social, como André Rebouças e Joaquim Nabuco, pregassem a necessidade de uma reforma agrária, esta não foi feita e as velhas formas de apropriação e de conservação da propriedade impediram o surgimento de novas funções. A propriedade continuou a ser sobretudo produtora de artigos de exportação – açúcar de cana, algodão, cacau, café, etc

– ou de outros que tiveram uma demanda em crescimento no mercado interno, principalmente o urbano. Ao lado da produção nobre, desenvolveram-se, em pequenas propriedades situadas em trechos menos férteis ou de mais difícil acesso, as chamadas pequenas lavouras – mandioca, milho, inhame, cará, etc – destinadas ao auto-consumo e à comercialização local e regional.

O tamanho da propriedade e o poder econômico e político do proprietário definiam a sua função e determinavam a implantação de estruturas que viabilizassem o crescimento da produção – portos, vias férreas, indústrias, etc.; a pequena produção, feita em porções marginais da grande propriedade, por trabalhadores sem terra – foreiros e meeiros – (Andrade, 1998) tinha uma função suplementar, garantiam o abastecimento local e retinham a força de trabalho, permitindo a sua convocação quando se fizesse necessária à grande lavoura.

Com o crescimento populacional e a formação de núcleos urbanos de expressão demográfica, esta produção marginal foi ganhando importância e se passou a pensar em uma reforma social que beneficiasse os pequenos produtores. Os primeiros anseios neste sentido surgiram, ainda no período imperial, com o pedido expresso de Joaquim Nabuco (Andrade, 2000) em favor de uma reforma agrária, e com os projetos levantados no governo João Alfredo, em 1889, de complementação da abolição com a desapropriação de terras às margens dos rios navegáveis e das estradas de ferro.

No período colonial ocorreram revoltas de escravos negros e indígenas que pontearam o território nacional com

quilombos e locais de resistência indígena, que foram esmagados, e dos quais alguns subsistem até os nossos dias. Só recentemente é que se vêm fazendo estudos sistemáticos a respeito destas várias formas de resistência, tanto indígena como negra. Os estudos históricos sobre o período regencial foram abordados por Caio Prado Júnior (1933), como uma resistência à forma como foi feita a independência em favor dos grupos dominantes e com exclusão das camadas populares. Com a República, nada se fez em favor de uma reforma agrária e a ordem republicana no período anterior a 1930, limitou-se a reprimir com a maior violência, movimentos populares e rurais, como Canudos e o Contestado, acusando-os de monarquistas, de retrógrados e de fanáticos.

Após a revolução de Trinta, quando o Brasil procurou encontrar-se a si mesmo, é que surgiram idéias novas que procuravam difundir novas formas de propriedade – a propriedade familiar e até, em alguns autores, a cooperativa e a coletiva – que lhes dessem novas funções. Alguns estudiosos deram a maior atenção ao problema, como Caio Prado Júnior (1979), Alberto Passos Guimarães (1968), Manuel Correia de Andrade (1986), Josué de Castro (1946), Celso Furtado (1986) etc, apresentando modelos os mais diversos. Também foram apresentados projetos de reforma agrária na Câmara dos Deputados como, entre outros, um que foi muito debatido, o de Coutinho Cavalcanti (1961). Foram organizados movimentos de trabalhadores rurais com uma grande influência no país, sobretudo nos estados em que havia uma maior população e uma maior consciência política, como ocorreu no Nordeste do país, em Pernambuco e na

Paraíba, depois expandidos por Goiás, com as chamadas Ligas Camponesas, dirigidas por Francisco Julião e Zezé da Galiléia (1962). O Partido Comunista do Brasil também teve uma grande atuação, organizando a população rural em ligas camponesas e, em seguida, em sindicatos rurais, sob a liderança, entre outros, de Gregório Bezerra.

A Igreja Católica, procurando manter a população rural católica em torno de si, também desenvolveu uma forte ação em vários pontos do país, através de movimentos de alfabetização de camponeses e de organização sindical. Um grupo católico, a AP – Ação Popular -, destacou-se por sua radicalização, nos inícios dos anos Sessenta. Em Goiás chegou a se formar um movimento expressivo, chefiado por José Porfírio, que foi chamado de Revolta de Trombas e Formoso. Enfim, a bibliografia sobre o tema é muito rica, merecendo análise e reflexão dos estudiosos da questão agrária, sobretudo dos geógrafos agrários. E estes, conforme a situação das áreas estudadas, podem aprofundar pesquisas específicas sobre colonização, sobre a expansão da fronteira agrícola e sobre as frentes de expansão na Amazônia e no Centro-Oeste, que têm grandes implicações na destruição do meio ambiente, nas áreas de antigo povoamento em que as culturas tradicionais estão em decadência, e no processo de reterritorialização e de reforma agrária.

Atualmente, os geógrafos podem se arremeter em torno de estudos que visem analisar a atuação de entidades, como a CONTAG e o MST, que lutam pela conquista da terra, promovendo invasões para garantir a terra aos que necessitam de áreas para trabalhar, e também para estimular o governo, face à lentidão com

que ele age ao se defrontar com o problema. Na verdade, o INCRA é extremamente lento e as próprias autoridades reconhecem que muitas vezes têm se comprometido com atitudes duvidosas na seleção de áreas a desapropriar e no valor das propriedades desapropriadas. Por outro lado, a situação no meio rural torna-se explosiva quer nas áreas em povoamento quer nas povoadas desde o período colonial. Assim, pode-se assinalar conflitos em torno da posse e do uso da terra em áreas subpovoadas, onde assassinatos e massacres se sucedem sem que os responsáveis sofram as punições legais, fato que se observou no Acre, com o assassinato de Chico Mendes, que teve repercussão internacional, ou, mais recentemente, com os massacres de Corumbiara, na Rondônia, e do Eldorado dos Carajás no Sul do Pará. E estas lamentáveis ocorrências vêm se repetindo sem que o governo tenha tido força para coibi-las. Nas áreas de povoamento antigo, onde os velhos produtos de exportação estão em decadência, observa-se não só a luta pela terra, com a invasão de propriedades tradicionais que não vêm sendo cultivadas como no passado, por trabalhadores de regiões vizinhas, como também pela ocupação pelos próprios trabalhadores que vivem, através de gerações, em engenhos e fazendas que ao se tornarem improdutivas passam a questionar os seus direitos e a ocupar os seus antigos "sítios", mudando o destino da terra e destinando o seu uso a novas funções.

Ainda há a se questionar a ação de "grileiros" e de empresas exploradoras de madeiras, como o mogno, em terras indígenas, muitas vezes com a conivência dos próprios indígenas, para serem comer-

cializadas no exterior, diante de uma vigilância pouco expressiva do poder público.

4. Formas e funções

A extensão territorial do Brasil dificulta a apresentação de um quadro onde sejam definidas as formas e as funções da propriedade agrária. São numerosas, tanto as formas velhas e novas como as funções, também velhas e novas. Por isto, resolvemos neste ensaio, tomar duas formas, as mais gerais, para que se compare uma área em ocupação com uma área ocupada desde o período colonial. No primeiro caso colocamos a região Noroeste do país, compreendendo sobretudo o Mato Grosso, Rondônia e o sul do Pará e do Amazonas, e no segundo caso colocamos a porção oriental do Nordeste.

Na primeira área, drenada para o Sul pelos formadores do rio da Prata, sobretudo o Paraguai, e para o Norte pelos afluentes e sub-afluentes da margem direita do Amazonas, nos deparamos com uma região que permaneceu subpovoada e praticamente isolada do resto do país até a segunda metade do século XX. Nela, além das matas virgens onde viviam grupos indígenas, em grande parte não contactados pelos colonizadores, se desenvolvia a exploração extrativista vegetal da seringueira, do cáucho, da castanha e da ipeca, escoada pela rede fluvial até Belém, então a mais importante cidade da Amazônia e pólo econômico regional.

A abertura da rodovia Belém-Brasília veio complementar a política da marcha para o Oeste, iniciada durante o Estado Novo (1937/45), com a criação de territó-

rios federais, e seria intensificada no período autoritário (1964/85) com a abertura de numerosas estradas e com a concessão de terras e de subsídios a empresas que quisessem aplicar recursos na região, recursos em sua maior porção fornecidos pelo Poder Público sob a forma de subsídios. Visava-se também explorar recursos minerais, como o ouro, o minério de ferro, a cassiterita, que já se sabia abundantes na região. Para otimizar o povoamento e garantir a propriedade das terras às grandes empresas, desenvolveram-se atividades de exploração da madeira, seguida da implantação da cultura de soja e de pastagens (Oliveira, 1988). As populações indígenas foram expropriadas de suas terras, dizimadas ou reduzidas à condição de miséria, enquanto a floresta era destruída e em grande parte devastada por incêndios. Com isto, eram também atingidos, ao lado dos indígenas, os povos da floresta, formados por caboclos descendentes dos antigos povoadores, que exploravam os produtos vegetais e viviam em pequenos povoados. Esta população, os chamados "homens da floresta", resistiram à expropriação e lutaram pelas suas terras, mas foram perseguidos e muitas vezes mortos. O episódio de Chico Mendes foi o ponto culminante da luta, do ponto de vista publicitário.

Os solos da Amazônia, silicosos e pobres em matéria orgânica, tiveram as suas florestas queimadas e transformadas em cinzas, ricas em potássio, mas que, com dois ou três anos de cultura empobreciam, tornando-se necessário o avanço da cultura por áreas ainda não desmatadas ou em desmatamento, deixando para trás as terras empobrecidas. Este avanço, iniciado no Mato Grosso,

seguiu para o Norte em direção a Rondônia, ao Acre, ao Amazonas e ao Pará, devastando as bacias do Juruá, do Madeira, do Tapajós, do Xingu e do Tocantins. Outras frentes de expansão caminham do Leste para o Oeste, vindas do Nordeste, pelo Maranhão, atravessando o Tocantins e o leste do Pará.

Esgotados os solos para a produção de soja, são os mesmos ocupados pela pecuária extensiva, e neles são implantados projetos de colonização destinados a fixar os agricultores vindos dos estados meridionais à procura de terras. Daí a grande quantidade de gaúchos em Mato Grosso e em Rondônia; alguns colonos mais audaciosos já atravessaram o rio das Amazonas e caminham para o Norte à procura dos campos de Roraima, aproximando-se da Venezuela e da Guiana.

Há, porém, o domínio da velha forma da propriedade latifundiária, voltada sobretudo para os produtos de exportação e apoiada pela política governamental, dominante desde o período colonial. Para isto, são construídas rodovias em áreas de florestas úmidas ou hidrovias, como a que liga Porto Velho e Itacoatiara, para facilitar a exportação da soja, de produtos florestais e de minérios, mantendo o país como um exportador de alimentos e de matérias primas para os países ricos.

Não se deve esquecer também a implantação, na Amazônia, de projetos que trouxeram grandes danos à economia nacional e beneficiaram os grupos estrangeiros, como o de exploração do manganês do Amapá, o da cultura de arroz e de substituição da floresta amazônica por uma floresta cultivada com a gnelina, do projeto Jari.

O contraste é formado pela tradicional cultura canavieira do Nordeste,

implantada no século XVI e destinada ao abastecimento do mercado externo, que provocou o povoamento da Região da Mata pernambucana e do Recôncavo baiano. Esta cultura foi o sustentáculo da região e da colônia nos primeiros séculos de colonização (XVI e XVII); a produção era feita em engenhos banguês e constituída por açúcar mascavo, que disputava no mercado europeu com o açúcar produzido na Madeira e nas outras ilhas do Atlântico.

Esta produção foi modernizada a partir das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, passando a produzir açúcar demerara e cristal. O demerara era destinado principalmente à exportação, por que o país comprador reservava para si o processo de refinação, enquanto o açúcar cristal era, em grande parte, utilizado nos próprios mercados internos. No início do século XX, a produção açucareira do Rio de Janeiro (planície de Campos) e depois a de São Paulo, pôs em cheque a produção nordestina e, após a Segunda Guerra Mundial, passou a disputar o mercado internacional. A indústria nordestina só subsistiu até os anos Noventa, em face da política protecionista coordenada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Durante o período de domínio dos governos militares foram feitas tentativas de recuperação da economia açucareira do Nordeste, com programas de modernização das usinas e com o Proálcool; mas, mesmo assim, ela caminhou para uma verdadeira debacle, com o encerramento de numerosas usinas nos vários estados da região. Em Pernambuco, por exemplo, das 38 usinas existentes em 1974, restaram em atividade, nos dias de hoje, apenas 30 (safra 1999/2000). Esta crise

foi provocada por vários fatores: a inviabilidade econômica de numerosas empresas, a transferência de capitais e até de máquinas por grupos econômicos do Nordeste para o Centro-Oeste e a ampliação da capacidade de produção de algumas usinas que absorveram usinas vizinhas, de menor tamanho e com menos recursos.

A queda da produção industrial provocou, naturalmente, o recuo da área ocupada pela cultura da cana de açúcar e a dispensa em massa de trabalhadores rurais. Estes formularam questões na Justiça do Trabalho e permaneceram em seus "sítios" à espera da decisão judicial, desenvolvendo culturas de subsistência, inicialmente, e, em seguida, produtos para o mercado local e regional.

Passaram também a receber assistência da FETAPE (Federação dos Trabalhadores de Pernambuco), filiada à CONTAG, e do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terras). A falta de usinas a quem vender a cana de açúcar provocou a sua substituição por culturas para o auto-abastecimento (mandioca, milho, batata doce, inhame, etc) e de frutas (limão, caju, goiaba, acerola, etc) que tanto podem ser consumidas "in natura", após comercialização nas feiras, ou transformadas em doces e compotas que são comercializadas na rede de armazéns e supermercados. Enquanto os produtores locais são, em geral, ligados a FETAPE e ao movimento sindical, os trabalhadores, que já se encontravam expulsos da terra e alojados em cidades e vilas, vêm sendo arregimentados pelo MST e apoiados na ocupação de terras não utilizadas pelos proprietários. Uns e outros ficam à espera das decisões judiciais e da ação do INCRA, que sempre atua com

grande lentidão, para terem a sua situação definida.

Acreditamos que no início do século XXI vão se gerar, nesta região, novas formas e novas funções. Assim, a terra vem sendo dividida entre dois tipos de grande propriedade: aquela que continua a produção de açúcar e de álcool e a que, face à topografia, passa a fazer culturas tradicionais que tiveram importância no passado, como a do algodão e a do café, e experimentam culturas trazidas de outras regiões, como a seringueira e o cacaueteiro; e outra parte que é formada pela divisão das grandes propriedades em pequenos lotes pertencentes a posseiros e parceiros que produzem sobretudo banana e outras frutas destinadas ao consumo da população da região ou à produção de doces de frutas tropicais. Algumas frutas vêm sendo, inclusive, exportadas, como a pinha e a manga, embora a exportação seja predominantemente feita por empresas no sub-médio São Francisco.

5. Considerações finais

Como se vê, o problema premente do Brasil é o da realização da reforma agrária, visando tanto diversificar a produção e comprometê-la com o mercado interno como garantir a fixação do homem ao campo, atenuando o êxodo rural.

Uma reforma agrária deve estar voltada tanto para a democratização do acesso à terra, por parte do trabalhador rural, como o da orientação do que produzir, de como produzir e do destino e deve ser dada à produção. Ela deve atingir tanto as formas como as funções da produção.

Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6ª edição. Recife: Editora da UFPE, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de *A Trajetória do Brasil (de 1500 a 2000)*. São Paulo: Contexto, 2000.

CASTRO, Josué de. *A Geografia da Fome. A Fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.

CAVALCANTI, Coutinho. *Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Autores Reunidos, 1961.

FREYRE, Gilberto. *Insurgências e Ressurgências Atuais. Argumentos de Sims e Nãos num mundo em transição*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1983.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia. 21ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1986.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

JULIÃO, Francisco. *Que São as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia e as Lutas no Campo*. São Paulo: Contexto, 1988.

PRADO Júnior, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Editora da Revista dos Tribunais, 1933.

_____. *Nabuco Um Exemplo de Pernambucanidade*. Recife: CEPE, 2000.

_____. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Concluído em: maio de 2002.

